

ATA DA 151ª (CENTÉSIMA QUINQUAGESIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV - REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de 2019, às 10:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para mais uma reunião ordinária, registrando a presença dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Leonardo Cavalcanti, Bruno Costa Novo, e o membro representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sr. Marcos de Souza. **1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS - Abril/2019. a) Rentabilidade FPREV Executivo.** Conforme validado pelo atuário, a rentabilidade dos recursos em abril/19 foi de 1,0404%, acumulando nos últimos 12 meses uma variação de 9,3040%, frente a uma meta atuarial que corresponde ao mesmo período, na ordem de 1,0595% e 11,2370%. De forma que, no mês atual a rentabilidade do FPREV Executivo foi inferior em 0,0189% no mês, no acumulado anual em 1,7377%. Considerando o acumulado a partir de 2005, a Amazonprev supera a meta atuarial em 8,5289% para esses recursos. **b) Rentabilidade FPREV ALE.** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 0,9273%, e em 12 (doze) meses de 7,6675%. Dessa forma, o resultado atuarial registra os seguintes percentuais: no mês 0,1308% abaixo da meta, e 3,2089% inferior a meta nos últimos 12 (doze) meses. Considerando o período a partir de 2012, o ganho sobre a meta acumula variação de 1,3005%. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ.** Em abril/2019, registra-se uma rentabilidade dos recursos em 0,6046% no mês, e 2,4990% no ano, ficando inferior a meta no mesmo período em 0,4501% e 1,5264%. Conforme registro do Sr. Leonardo, os recursos do MPE estão em produtos com estratégia conservadora, e carece de manifestação dos representantes desse órgão e que deverão participar do Comitê de Investimentos da Amzonprev. Por ora, os recursos devem ser mantidos nos fundos atuais. **2. Registro do CENÁRIO e Expectativas para o próximo período.** De acordo com informações de Relatório CONJUNTURA MACROECONOMICA emitido pelo BB DTVM S/A: O mês de abril mostrou-se satisfatório no âmbito dos mercados globais. Pelo lado positivo, a atividade global manteve um ritmo moderado de expansão, com destaque para as surpresas em relação ao PIB dos EUA e da China. No mesmo sentido, a postura mais dovish por parte dos principais bancos centrais

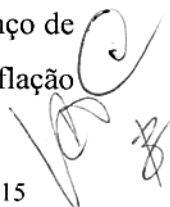
internacionais, as perspectivas mais favoráveis para o alcance de um acordo comercial entre China e EUA e o adiamento do desligamento do Reino Unido da União Europeia para outubro contribuíram de forma positiva ao comportamento dos ativos. Por outro lado, os dados industriais e as confianças na Zona do Euro/Alemanha continuaram a mostrar enfraquecimento, ao mesmo tempo em que as incertezas políticas em determinadas regiões (como na Argentina) atuaram como limitadores. Nesse ambiente, a aversão ao risco permaneceu estável, enquanto os principais ativos internacionais exibiram trajetória favorável. Nos EUA, a agenda macro seguiu apontando sólido crescimento. No campo da atividade, o PIB do 1º tri/19 surpreendeu positivamente, com crescimento de 3,2% ante 2,3% esperado pelos analistas. Apesar disso, a demanda privada doméstica caiu pela metade em relação ao 4º tri/19 (de +2,2% para +1,1%). Por sua vez, no mercado imobiliário os dados foram mistos. Já no campo da inflação, o núcleo do CPI desacelerou pela quarta vez seguida no acumulado em 12 meses, ao passar de 2,1% para 2,0% em março, menor em 13 meses, enquanto a inflação cheia subiu de 1,5% para 1,9%. No mercado de trabalho, o payroll mostrou abertura de 196 mil vagas em março, com revisão de +14 mil para os meses anteriores; a taxa de desemprego ficou estável em 3,8%; e os salários cederam de 3,4% para 3,2% na variação anual. Na Zona do Euro, a agenda seguiu mostrando enfraquecimento. A prévia do PMI da indústria de abril continuou indicando retração da produção do setor ao passar de 47,5 para 47,8, enquanto o dos serviços cedeu de 53,3 para 52,5. Entre os emergentes, na China, o crescimento do PIB do 1º tri/19 surpreendeu favoravelmente: a atividade ficou estável em 6,4% na variação anual, ante consenso de 6,3%. Na mesma linha: a produção da indústria cresceu 8,5%, as vendas ao varejo +8,7% e, por fim, o investimento fixo subiu 6,3%. No âmbito dos BC's, a Ata da última reunião do FED foi divulgada e revelou preocupação dos diretores com a fraqueza do quadro inflacionário. Por sua vez, o BCE manteve suas principais taxas de juros inalteradas e reiterou o guidance atual para a política monetária – as taxas de juros permanecerão nos níveis atuais até o final de 2019. No ambiente doméstico, a agenda macro seguiu apontando para uma fraca recuperação da economia brasileira. No campo da atividade, o IBCBr confirmou o ritmo ainda desapontador da atividade econômica ao recuar 0,7% em fevereiro ante janeiro na série com ajuste sazonal. Por outro lado, a produção industrial avançou 0,7% em fevereiro ante o mês anterior. Por sua vez, o comércio varejista sob a ótica restrita ficou estável no mesmo período, enquanto que, no conceito ampliado, houve recuo de 0,8%. No campo inflacionário, a leitura de abril do IPCA-15 ficou em 0,72% ante 0,75% de março, levando o acumulado em 12 meses de 4,18% para 4,71%, com destaque para a alta de preços nos grupos Transportes, Alimentação e Bebidas e Saúde. No mercado de

trabalho, o CAGED decepcionou ao indicar o fechamento de 43,2 mil vagas em março, após um forte dado no mês anterior. No que concerne à política fiscal, a arrecadação apresentou queda real de 0,58% na comparação anual. Já entre as confianças, a maior parte dos dados exibiu queda em abril. O comércio varejista ficou estável em fevereiro (0,0%), na série com ajuste sazonal. Na comparação anual, em relação a fevereiro de 2018, o comércio avançou 3,9%, acelerando o ritmo de crescimento após alta de 1,9% no primeiro mês do ano. Com isso, o setor manteve o ritmo de crescimento ao avançar 2,4% no acumulado em 12 meses, após ter crescido 2,2% no acumulado até janeiro. O comércio varejista ampliado, por outro lado, recuou 0,8%, em direção oposta às nossas estimativas (+0,5) e pior do que o consenso (-0,3%), refletindo a queda das vendas de Veículos, motocicletas, parte e peças (-0,9%) e de Material para construção (-0,3%). Em relação a fevereiro de 2018, o crescimento do comércio ampliado acelerou, ao passar de 3,5% em janeiro para 7,6% em fevereiro. Nas comparações anuais, no entanto, vale ressaltar a influência positiva da maior quantidade de dias úteis, dado o deslocamento do feriado de carnaval para março. Os dados divulgados pelos IBGE mostraram uma dinâmica equilibrada, na qual quatro das oito atividades pesquisadas avançaram: Tecidos, vestuário e calçados (4,4%), seguido por outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,0%), Livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (0,1%). Por outro lado, contribuíram negativamente para o resultado do período: Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,7%) e Combustíveis e lubrificantes (-0,9%), Móveis e eletrodomésticos (-0,3%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-3,0%).

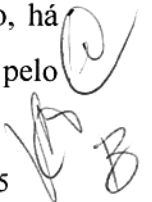
CONTAS EXTERNAS - Em março de 2019, o déficit em transações correntes totalizou US\$494 milhões, ligeiramente inferior ao ocorrido em março de 2018, US\$666 milhões. Apesar da retração no superávit comercial, de US\$6,0 bilhões para US\$4,5 bilhões, houve recuo nos déficits das contas de serviços, de US\$2,8 bilhões para US\$2,1 bilhões, e de renda primária, de US\$4,0 bilhões para US\$3,3 bilhões. O déficit em transações correntes nos doze meses encerrados em março de 2019 somou US\$13,7 bilhões (0,73% do PIB), resultado próximo ao registrado no mês anterior (US\$13,9 bilhões, 0,74% do PIB). Os investimentos diretos no país (IDP) acumularam ingressos líquidos de US\$6,8 bilhões no mês, ante US\$7,8 bilhões em março de 2018. No mês, os ingressos líquidos foram compostos de US\$4,0 bilhões em participação no capital e US\$2,9 bilhões em operações intercompanhia. Nos últimos doze meses, os ingressos líquidos de IDP totalizaram US\$88,5 bilhões, equivalentes a 4,72% do PIB. No primeiro trimestre de 2019, os ingressos líquidos de IDP somaram US\$21,1 bilhões, ligeiramente superiores àqueles observados em mesmo período de

2018, US\$20,9 bilhões. No mês, as saídas líquidas de investimentos em ações, fundos de investimento e títulos de dívida negociados no mercado doméstico somaram US\$204 milhões, acumulando ingressos líquidos de US\$10,5 bilhões em 2019, até março, após saídas líquidas de US\$5,2 bilhões e US\$4,5 bilhões ocorridas, na ordem, em novembro e dezembro de 2018. Nos doze meses encerrados em março de 2019, as saídas líquidas atingiram US\$4,4 bilhões, inferiores às saídas líquidas de US\$12,0 bilhões ocorridas no acumulado de doze meses até fevereiro de 2019. O estoque de reservas internacionais atingiu US\$384,2 bilhões em março de 2019, correspondendo a 354% da dívida externa de curto prazo residual (exceto operações intercompanhia e títulos de dívida negociados no mercado doméstico).

INFLAÇÃO - A leitura de abril do IPCA-15 ficou em 0,72%. O resultado mostrou aceleração frente à medição anterior (0,54%) e algum recuo com relação ao IPCA fechado de março (0,75%), levou a variação acumulada em 12 meses de 4,18% para 4,71%. Os destaques dessa leitura vão para os grupos Transportes (+1,31%), Alimentação e Bebidas (+0,92%) e Saúde (+1,13%). Por fim, a inflação subjacente segue contida: os preços dos serviços desaceleraram pela segunda leitura consecutiva (de 0,32% para 0,24%), embora as medidas de núcleo tenham acelerado de 0,25% para 0,42% a variação em doze meses continua abaixo da meta de 4,25% do Banco Centrais e os índices de difusão apresentaram elevação na presente leitura (de 58,4% para 63,0%) mas estão alinhados ao padrão histórico. Os preços livres apresentaram uma alta de 0,63%, ante um avanço de 0,60% na leitura anterior, o que levou à uma nova alta na variação em 12 meses, de 3,61% para 4,14%. Os preços administrados apresentaram alta de 1,02%, sendo que os itens gasolina (3,20%), ônibus urbano (1,04%) e planos de saúde (0,80%) contribuíram com 0,77p.p. para esse resultado. Com o resultado da leitura de abril a variação acumulada em 12 meses passou de 5,86% para 6,40%; Os preços dos serviços mostraram desaceleração na presente leitura: de 0,32% para 0,24%, apesar da alta nos preços das passagens aéreas (5,54%), conserto de automóveis (0,87%) e empregado doméstico (0,29%). Esses aumentos contribuíram com 0,14p.p. para o resultado. Com os dados de hoje, a variação acumulada em doze meses passou de 3,76% para 3,83%. Por fim, a inflação de serviços subjacente - que avalia a evolução dos preços mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica - também recuou, saindo de 0,25% para 0,21%; No que concerne aos índices de difusão, que medem o percentual de itens em alta na cesta, houve aceleração. O indicador geral passou de 58,4% para 63,0%, e quando o grupo Alimentação é excluído da análise foi encontrada alta de 57,4% para 63,0%. Esses são níveis alinhados ao padrão histórico. Por fim, a média dos núcleos subiu na presente leitura de 0,24% para 0,42%, o que levou ao avanço de 3,42% para 3,61% na variação em doze meses, ainda bem abaixo da meta de inflação



perseguida pelo Banco Central (4,25%). Pelo lado da inflação no atacado, o IGP-M desacelerou de 1,26% em março para 0,92% em abril. O resultado, que ficou acima das nossas expectativas (0,75%), mas praticamente alinhado ao consenso dos analistas (0,92%), levou a variação em 12 meses de 8,27% para 8,64%. A alta dos preços no atacado foi de 1,07%, ante 1,67% na leitura passada, em resposta ao desempenho dos produtos agropecuários (de 3,90% para 0,45%), já que os preços dos produtos industriais aceleraram de 0,93% para 1,28% - desempenho explicado pelo aumento de 5,35% no preço do minério de ferro e de 2,67% nos produtos derivados de petróleo. No que concerne ao índice de preços ao consumidor (IPC), houve nova aceleração da inflação em abril (de 0,58% para 0,69%), com seis dos oito itens do índice registrando variação positiva de preços. Por fim, cabe destacar que, fruto da elevada capacidade ociosa e ainda limitada demanda final, a inflação nas cadeias mais próximas ao varejo segue contida. Embora a variação acumulada em doze meses dos Bens de Consumo Não Duráveis exceto alimentação e combustíveis tenha passado de 3,77% para 4,02%, esse resultado decorreu principalmente do subgrupo medicamentos, que tem aumento anual em abril. Por origem, observou-se o seguinte detalhamento: o IPA avançou 1,07% em abril ante 1,67% em março. Contribuíram para esse resultado a variação de 0,45% (3,90% em março) do IPA Agrícola e de 1,28% do IPA-Industrial (0,93% na leitura anterior). Com relação a este último, cabe destacar a alta de 5,35% no minério de ferro e de 2,67% nos produtos derivados de petróleo. Por estágio de processamento, no segmento “Bens de consumo não duráveis excluindo alimentos e combustíveis”, a variação mensal acelerou de 0,17% para 0,52%, levando a variação acumulada em 12 meses de 3,77% para 4,02%. Os preços dos “Bens de consumo duráveis” ficaram estáveis em abril (0,02%); em doze meses, passaram a acumular alta de 3,41%, ante 3,34%. Já na cadeia intermediária, os preços do segmento “materiais para a manufatura” apresentaram alta de 0,39% (-0,02% em março), com a variação acumulada em doze meses recuando de 6,90% para 6,76%. Por fim, no segmento “matérias primas brutas agropecuárias”, a presente leitura trouxe inflação de 0,37% nos preços em abril (ante 2,39% em março), e dessa forma a variação em 12 meses recuou de 8,31% para 5,78%. A inflação ao consumidor (IPC) acelerou de 0,58% para 0,69%. Destaque para os grupos Vestuário (de 0,38% para 1,11%) e Transportes (de 0,82% para 1,06%). Das oito categorias acompanhadas, seis mostraram avanço de preços no mês. MERCADO DE TRABALHO - O Caged mostrou fechamento de 43.196 vagas de emprego formal em março. O saldo negativo decorreu de 1.261.177 admissões e 1.304.373 demissões. No acumulado do primeiro trimestre, houve abertura de 179.543 postos de trabalho com carteira assinada. Em 12 meses até março, há abertura de 472.117 vagas. O resultado mensal negativo foi puxado principalmente pelo



comércio, que fechou 28.803 postos formais em março, pela agropecuária, com 9.545 vagas fechadas, e pela construção civil, que encerrou 7.781 vagas com carteira assinada. Indústria de transformação, com fechamento de 3.080 postos, e serviços industriais de utilidade pública, com 662 menos vagas, também contribuíram para o saldo negativo. Por outro lado, tiveram saldo positivo a indústria extrativa mineral (+528 postos), serviços (+4.572 postos), e administração pública (+1.575 vagas). CONTAS PÚBLICAS - O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$18,6 bilhões em março, comparativamente a déficit de R\$25,1 bilhões em março do ano anterior. No Governo Central houve déficit de R\$20,4 bilhões, e nos governos regionais e empresas estatais, superávits de R\$1,5 bilhão e de R\$239 milhões, respectivamente. Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$43,5 bilhões em março, comparativamente a R\$32,5 bilhões no mesmo mês de 2018. Contribuiu para esse crescimento o resultado mais desfavorável das operações de swap cambial (perda de R\$12 bilhões em março de 2019 e de R\$1,9 bilhão em março de 2018). No acumulado em 12 meses, os juros nominais atingiram R\$384,5 bilhões (5,55% do PIB), ante R\$379,5 bilhões (5,74% do PIB) no acumulado até março do ano anterior. O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$62,2 bilhões em março. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$483,8 bilhões (6,98% do PIB), expandindo-se 0,03 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado registrado em fevereiro de 2019. DÍVIDA PÚBLICA - A DLSP alcançou R\$3.755,1 bilhões em março, 54,2% do PIB, reduzindo-se 0,3 p.p. em relação ao mês anterior. Esse resultado refletiu, sobretudo, a incorporação de juros nominais (aumento de 0,6 p.p.), o déficit primário (aumento de 0,3 p.p.), o crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.) e o efeito da desvalorização cambial de 4,2% no mês (redução de 0,7 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB cresceu 0,1 p.p., influenciada pela incorporação de juros nominais (aumento de 1,4 p.p.), pela desvalorização cambial de 0,6% (redução de 0,1 p.p.), pelo superávit primário acumulado (redução de 0,2 p.p.) e pelo crescimento do PIB nominal (redução de 0,8 p.p.). A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – alcançou R\$5.431,0 bilhões em março, equivalente a 78,4% do PIB, 0,9 p.p. acima do percentual registrado em fevereiro. Contribuíram para essa evolução as emissões líquidas de dívida do governo geral (aumento de 0,7 p.p.), a incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), o efeito da desvalorização cambial (aumento de 0,2 p.p.) e o crescimento do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, houve crescimento 1,1 p.p. na relação DBGG/PIB, decorrente, em especial, da incorporação de juros (aumento de 1,5 p.p.), de emissões líquidas de dívida do governo geral (aumento de


0,8 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 1,1 p.p.). BOLSA DE VALORES - A Bolsa de Valores de São Paulo encerrou o mês de abril próxima da estabilidade, com ligeira alta de 0,98%, aos 96.353 pontos. No ano, o índice Ibovespa acumula alta de 7,65%. Já em 12 meses, a alta é de 11,89%. No exterior, as principais bolsas internacionais apresentaram ganhos no mês. Entre os fatores que contribuíram para esse movimento, encontram-se: i) a manutenção da atividade econômica global num patamar sólido, com surpresas positivas no mês em relação ao PIB dos EUA e da China; ii) a postura mais dovish por parte dos principais bancos centrais internacionais; iii) as perspectivas favoráveis em torno de um acordo comercial entre China e EUA; e, por fim, iv) a aprovação, por parte da Comissão Europeia, do adiamento do desligamento do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Por outro lado, houve fatores limitadores, como a continuidade de uma agenda de indicadores aquém do esperado na Europa e na Alemanha. Além disso, as incertezas políticas em determinadas regiões, como na Argentina (onde a ex-presidente Cristina Kirchner lidera as pesquisas de intenções de voto para presidente) e na Espanha (o partido Socialista, do atual governo, ganhou as eleições parlamentares, mas não alcançou maioria), atuaram como limitadores. Nesse ambiente, a aversão ao risco se manteve estável – o índice VIX de volatilidade encerrou o mês com leve queda de 0,6 ponto, aos 13,1 pontos. Nos EUA, o índice S&P500 da Bolsa de Valores de Nova Iorque fechou o mês com ganhos de 3,93%. Na Europa, o índice Stoxx 50 apresentou alta de 2,65%. Entre os emergentes, o índice MSCI emergentes subiu 2,00%, favorecido pelo ganho do petróleo (alta de 6,43% no mês), ainda que as commodities metálicas tenham recuado (o índice CRB Metais caiu 4,06%) e limitado pelas incertezas e riscos em torno da Argentina. Internamente, os mercados refletiram, em grande medida, as incertezas em relação à Reforma da Previdência, aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados próximo ao fim do mês. A cautela predominante na primeira metade do período – reflexo do noticiário negativo em torno das relações do Governo com a Câmara –, além da polêmica sobre a política de preços dos combustíveis da Petrobras, acabou atrapalhando o desempenho da Bolsa ao longo de abril. Além disso, a agenda doméstica mais fraca que o esperado contribuiu para a fraqueza relativa da Bovespa ante seus pares. O prêmio de risco doméstico (EMBI+ Brasil) encerrou o mês próximo da estabilidade aos 253 pontos, um ponto abaixo do mês anterior. CÂMBIO - O Real encerrou o mês de abril com desvalorização de 1,25% ante o dólar, a R\$3,95. No ano, a moeda doméstica exibe depreciação de 2,12%. Já em 12 meses, a depreciação é de 13,33%. No exterior, o Dólar apresentou leve ganho ante as principais divisas. A agenda de dados econômicos positiva nos EUA, o avanço nas perspectivas de um acordo comercial entre EUA e China e a postura mais dovish por parte dos principais bancos

centrais internacionais, como o do Japão (BoJ), Canadá (BoC) e Suécia (Riksbank), contribuíram para o fortalecimento do dólar, o que fez com que o índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante outras divisas do G-10, chegasse a atingir o seu maior nível em quase dois anos durante o mês. Por outro lado, a agenda macro mais fraca que o esperado na Zona do Euro e na Alemanha prejudicaram o Euro, ainda que o adiamento da saída do Reino Unido da União Europeia tenha favorecido pontualmente a divisa. Entre os emergentes, as incertezas políticas, como nos casos de Argentina e Turquia, colaboraram para as perdas. Nesse ambiente, o índice DXY encerrou o mês com alta de 0,20%. Ademais, perante uma cesta de moedas emergentes, o dólar mostrou valorização de 0,46%. Além dos fatores externos, a incerteza com relação ao encaminhamento da Reforma da Previdência no Congresso e o ambiente político afetaram o desempenho da moeda, que registrou forte volatilidade em abril. A agenda de atividade mais fraca que o esperado também atuou como um limitador. JUROS - As taxas de juros domésticas encerraram o mês de abril praticamente estáveis ante o mês anterior ao longo de toda estrutura a termo. No segmento curto, os índices cheios de inflação ao varejo mais pressionados no mês não se traduziram em deterioração da tendência inflacionária, que segue contida. Dessa forma, em meio a um quadro de atividade econômica decepcionante e inflação controlada, a sinalização de estabilidade na taxa Selic por parte do Banco Central colaborou para a estabilidade dos contratos futuros de juros. Já no segmento longo, o início do processo de tramitação da Reforma da Previdência no Congresso (a aprovação do projeto na CCJ da Câmara) trouxe turbulência para o ambiente político, agregando volatilidade para os ativos. Além deste fator, o cenário externo favorável em abril e a manutenção do quadro de baixa aversão ao risco internacional contribuíram para a manutenção das taxas em patamares próximos aos do mês anterior. Entre os contratos futuros de juros mais negociados na BM&F, o contrato com vencimento em janeiro de 2020 encerrou o último dia do mês com taxa de 6,50% (de 6,53% do mês anterior); o vencimento janeiro/2021 projetava 7,12% (de 7,14%); o vencimento janeiro/2023 encerrou com taxa de 8,22% (de 8,24% no último dia do mês anterior); e o vencimento janeiro/2025 encerrou com taxa de 8,74% (de 8,75%). ESTADOS UNIDOS - Crescimento A 1ª prévia para o PIB dos EUA revelou que o ritmo de crescimento da economia americana acelerou no 1º tri/19 em relação ao período anterior: a variação trimestral anualizada foi de 3,2% (consenso 2,3%), ante o avanço de 2,2% no 4º tri/18. No entanto, a demanda doméstica privada – excluindo-se o acúmulo de estoques e o setor público – desacelerou e contribuiu com apenas +1,1p.p., o menor número desde meados de 2013. O consumo das famílias – principal vetor do crescimento – desacelerou de 2,5% para 1,2%, ao passo em que a expansão do investimento

não residencial passou de +5,4% para +2,7%. Pelo lado positivo, o consumo do setor público acelerou de - 0,4% para +2,4%, a despeito da paralisação do governo do EUA (shutdown), e as exportações (+3,7%) superaram as importações (-3,7%), o que levou o setor externo a contribuir com +1,03p.p, ante -0,08p.p. no trimestre anterior. Inflação - O núcleo da inflação americana mensurada pelo CPI veio novamente abaixo do esperado em março (0,15%, ante consenso de 0,20%), com o indicador cheio apresentando alta de 0,41%. Na variação anual, o núcleo do CPI cedeu pela 4ª vez seguida ao passar de 2,08% para 2,04%. Ao mesmo tempo, indicadores alternativos para a inflação subjacente mostraram avanço no mês: o Median CPI subiu 0,27% e acelerou de 2,78% para 2,85% em 12 meses; a inflação do 16%-trimmed mean CPI passou de 0,16% para 0,23%, e de 2,19% para 2,27% em 12 meses. Por fim, o item energia acelerou 3,5% no mês e impulsionou o CPI cheio, cuja variação anual passou de 1,50% para 1,85%. JUROS - O Banco Central americano (FED) optou pela manutenção dos fed funds no patamar atual (2,25%-2,5%), reforçando assim o princípio de paciência na condução da política monetária. Tal postura é decorrente do reconhecimento de: i) ausência de pressões inflacionárias e recuo das expectativas para um patamar abaixo da meta; e ii) que a atividade passa por uma desaceleração, perdendo tração ante o ano anterior. Mais relevante, a mediana das projeções dos diretores para os fed funds indica agora nenhuma alta para 2019 (sinalização anterior era de duas altas). Além disso, foi anunciado que o processo de redução do balanço do FED deverá desacelerar já a partir de maio – de US\$50 bi para US\$35 bi de enxugamento por mês de ativos – e se encerrará em setembro. MERCADO DE TRABALHO - O Relatório de Emprego de março revelou uma criação de vagas acima do esperado pelo mercado na economia americana. O resultado reforçou a hipótese de que o mercado segue em sólida expansão e que o baixo número do mês anterior (apenas 33 mil) foi resultado, em grande medida, do clima mais adverso: i) abriram-se 196 mil novos postos em março (consenso 177 mil), enquanto que os meses anteriores foram revistos em +14 mil; por conseguinte, ii) as médias trimestral e semestral (180 e 207 mil, respectivamente) seguiram acima do estimado para a estabilidade da taxa de desemprego (115 mil); iii) a taxa de desemprego seguiu em 3,8%, apesar do recuo da população economicamente ativa (PEA) de 63,2% para 63,0%; e, por fim, iv) os salários subiram apenas 0,14% no mês, o que levou a uma desaceleração na variação anual de 3,40% para 3,20%. ZONA DO EURO – Crescimento. O relatório com a 1ª prévia do PIB da Zona do Euro revelou que a economia voltou a crescer em um ritmo maior, após a desaceleração observada no 2º semestre/18: a taxa de expansão trimestral anualizada passou de 0,8% para 1,6% entre o 4º tri/18 e o 1º tri/19 (consenso de +1,2%). A despeito da pouca informação disponível, a avaliação é que os

choques específicos de alguns países e setores que afetaram a atividade econômica foram parcialmente revertidos e ajudaram na recuperação. Adicionalmente, na França e na Itália, fatores que impactaram negativamente a confiança dos agentes, gastos com investimento e consumo – como os protestos dos coletes amarelos franceses iniciados em nov/18 e o impasse orçamentário/crise financeira italiana – perderam intensidade. INFLAÇÃO - No tocante à inflação, a do consumidor seguiu desacelerando: o CPI cheio passou de 1,5% para 1,4% (consenso 1,5%), ao mesmo tempo que o núcleo recuou de 1,0% para 0,8% (consenso 0,9%). JUROS - O Banco Central Europeu (BCE) manteve suas principais taxas de juros inalteradas – a de refinanciamento em 0,0% e a de depósitos em - 0,40% - e reiterou a atual orientação em relação à condução da política monetária prospectiva (guidance), indicando que as taxas de juros permanecerão nos níveis atuais até o final de 2019. Adicionalmente, o presidente da instituição, Mario Draghi, disse durante a entrevista coletiva que o detalhamento das operações de refinanciamento de longo prazo direcionadas ao sistema bancário europeu (TLTRO-III), previstas para iniciar em setembro, será anunciado em “alguma das próximas reuniões”, possivelmente em junho. Ademais, Draghi afirmou que os dirigentes da instituição ainda não discutiram medidas que poderiam mitigar os possíveis efeitos colaterais das taxas de juros negativas sobre a rentabilidade dos bancos, mas reconheceu que o BCE está avaliando a questão e que provavelmente as discussões serão intensificadas nos próximos meses. Fonte: BB DTVM S.A – GESTÃO DE RECURSOS: CONJUNTURA MACROECONÔMICA. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO. 3.1. FPREV EXECUTIVO:** No cenário interno o mercado observa ainda uma grande dificuldade de articulação do Presidente Jair Bolsonaro. A demora na tramitação da reforma da Previdência e as sucessivas frustrações em relação ao desempenho da atividade econômica está fazendo o Ibovespa tocar em maio/19 o menor patamar desde 3 de janeiro do corrente ano. Um exemplo da fraca articulação foi a nova derrota recente sofrida pelo governo na Câmara. Uma votação realizada no plenário da Câmara, com placar de 307 votos a 82, definiu que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deveria explicar aos parlamentares o corte de 30% das verbas para as universidades e institutos federais. Isso demonstra a fragilidade do executivo em se articular com o Poder Legislativo, preocupando os investidores. Os três aspectos que garantiram os ganhos robustos ao longo do primeiro trimestre: o ambiente melhor para emergentes no exterior, a confiança na recuperação da economia e a perspectiva de reforma da Previdência. Duas dessas frentes tiveram desdobramentos recentes muito ruins: a guerra comercial voltou a assombrar os ativos de risco na cena internacional e os indicadores de atividade do Brasil vêm mostrando sucessiva piora, sobrando, portanto, a expectativa de que a

reforma fiscal possa ser aprovada, injetando ânimo e novos investimentos no Brasil, com a consequente melhora do consumo e da atividade. É por esse motivo, dizem analistas, que o Ibovespa se estabiliza a partir de maio em um patamar de preço mais baixo, ainda marcado por cautela, aguardando os novos passos da Reforma da Previdência. Outro aspecto importante para os investimentos foi o resultado da Reunião do COPOM, divulgado na Ata de 14 de maio de 2019, dando uma percepção, em parte do mercado financeiro, de que o Banco Central poderia iniciar um ciclo de novos cortes da Selic – e não de elevação. Isso porque a atividade econômica segue fraca, enquanto os índices de inflação seguem controlados. Pelo lado externo, as principais notícias chegam da economia norte-americana. A boa notícia é a manutenção da taxa de juros americana, pois quando os juros sobem nos Estados Unidos, a economia norte-americana se torna mais atraente para investimentos aplicados atualmente em outros mercados como o Brasil, motivando assim uma tendência de alta do dólar em relação ao real. Por outro lado, a má notícia e a guerra comercial com a China tende a frear o comércio internacional e, conseqüentemente, o desempenho da economia de todo o mundo. Os países emergentes serão os mais afetados, porque, no cenário de crise, o apetite dos investidores diminui, especialmente por aplicações em nações com economias mais instáveis, como o Brasil. Assim, o Comitê deve considerar os dois segmentos de aplicação: Renda Fixa e Renda Variável, sendo que para Renda Fixa, o ideal é continuar buscando Fundos de Investimentos que possuam Gestão Ativa e fundos atrelados ao índice IMA-B, os quais apresentam melhores retornos em momentos de manutenção ou queda da Taxa Selic, a estratégia visa a possibilidade de se obter retornos acima do índice no Longo Prazo, enquanto que, para Renda Variável, a exposição se torna essencial nesse momento de Taxa Selic de 6,50% a.a (alguns analistas já sinalizam a possibilidade de redução da Taxa Selic em 2019), pois os fundos menos arriscados (com benchmark em CDI e IRF-M1) apresentam retornos bem inferiores a Meta Atuarial que se projeta para o fim de 2019 em torno de 10,28% - conforme Relatório Focus de 10/05/2019, o IPCA projetado para o final 2019 é de 4,04%, somando com mais 6,00% de juros – forçando os RPPS a uma exposição maior de seus recursos em Renda Variável, esse movimento, por si só, já elevaria os ganhos do Ibovespa. Atualmente a exposição da Carteira de Fundos da AMAZONPREV em fundos de Renda Variável é de aproximadamente de 6,00% do total de recursos, valor considerado baixo para gerar um impacto no retorno da carteira total da AMAZONPREV, visto que o ideal seria em torno de 18% a 25% do total de recursos da Fundação AMAZONPREV estarem alocados em fundos de ações. Desta forma, o comitê sugere. **a) Novos Recursos:** Devem ser rateados entre os fundos Itaú Ações Dunamis FIC e Icatu Vanguarda Dividendos FIA. O sr. Alan ratifica que



os Patrimônios Líquidos dos fundos de ações credenciados e autorizados na AMAZONPREV, já não possuem a capacidade de absorver novos aportes, em função do limite de 15% de PL imposto pelo artigo 14 da Resolução CMN nº 3.922/2010, ou fecharam para captação devido ao total de recursos sob gestão, de forma que não poderão receber novos aportes até que se tenha margem segura no PL dos fundos. Assim, para cumprir a Estratégia de Alocação aprovada na política de Investimentos para 2019 e manter a Carteira de Investimentos adequada ao Cenário esperado, o Comitê busca outros fundos de Ações, devidamente enquadrados à legislação, junto às demais instituições financeiras. **b) DEMAIS RECURSOS.**

b1) Migrar 40% do total de recursos aplicados no Fundo BB Previdenciário IRF M1 para o Fundo BB Previdenciário RF IMA-B5+. **b2) Migrar** 40% do total de recursos aplicados no Fundo BB Previdenciário IRF M1 para o Fundo BB Previdenciário IDKA 2. **c) Fundos de Curto Prazo.** Manter, regularmente, saldo de aplicação no **fundo Bradesco Maxi Poder Público** no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), já que possui baixa automática otimizando o processo de pagamentos de rotina, incluindo folha de pagamento de aposentados e pensionistas do FPREV. **3.2. FPREV ALE: a) Novos Recursos:** ratear entre os fundos Caixa Gestão Estratégica e Itaú Alocação Dinâmica II, buscando obter resultados acima do CDI no Longo Prazo através da gestão ativa desses produtos, conforme recomendo pelo senhor Marcos de Souza. Na oportunidade foi comentado pelo Sr. Alan a possibilidade de revisão dessa estratégia pelos representantes da ALE, devido a possibilidade de melhora dos resultados em Renda Variável. O sr. Marcos deverá discutir com o Sr. Bruno se essa estratégia será mantida. **3.3 FFIN/EXECUTIVO, FFIN/ALE e FFIN/DPE:** Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos. **3.4. COMPREV.** O Comitê sugere pela manutenção no fundo Bradesco IRFM 1 Títulos Públicos, devido à baixa volatilidade e rentabilidade compatível com o mercado, alinhada à Política de Investimentos; **3.5. Recursos da Taxa de ADM:** a) **Poder Executivo:** Manter os recursos recebidos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, até o limite de gastos mensais, facilitando assim sua aplicação para o custeio administrativo da Amazonprev. **b) Resgatar** os recursos aplicados no fundo CAIXA FI Brasil IRF M1 e aplica-los no Fundo Caixa Gestão Estratégica, devido ao melhor retorno desta aplicação. **c) ALE/AM:** Manter os recursos aplicados no fundo Bradesco Federal Extra DI, fundo de Renda Fixa, enquadrado à legislação vigente, que permite aplicação inicial para o valor repassado pela ALE/AM. **3.6. Outros Poderes – TCE, TJAM e MPE:** **a) Novos recursos:** Devido à necessidade de manter enquadrados os recursos da Amazonprev, os novos recursos recebidos pelo TCE e TJAM, devem ser direcionados para os

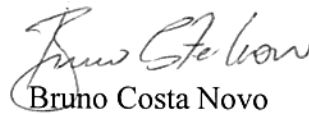
fundos Caixa IRF Brasil M1 e BB Previdenciário IRF M1, somente para os recursos do TCE e TJ. **b) MPE FPREV.** Zerar posição no Fundo Bradesco FI RF DI PREMIUM, direcionando para os fundos Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica e Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, até o limite permitido pela Legislação com a cautela devida para manter o enquadramento das aplicações, todos foram de acordo, de forma a garantir o melhor retorno no Longo Prazo acima do CDI. **3.7 DPE/AM-FPREV.** O Comitê sugere a baixa total dos recursos aplicados no Fundo Bradesco Federal Extra REF DI e aplicá-los no Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev. **3.8. TJ/AM-FPREV.** A partir de março/2019, o TJ/AM passou a segregar os valores repassados a título de Contribuição Previdenciária para a massa previdenciária FFIN e FPREV, sendo confirmado em abril/2019, em conta corrente específica no Banco Bradesco, o repasse referente ao TJ/AM FPREV. Assim, conforme analisado pelo Comitê, enquanto define-se participação de membros do TJ ao Comitê, fica a sugestão de aplicar esses recursos no Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B5. **4. FLUXO DE CAIXA.** Registra-se a posição em 30/04/2019: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 4,345 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 3,647 bilhões, incluído R\$ 3,739 milhões de recursos da Defensoria FPREV, que passaram a ser registrados separadamente do Executivo; TPF: R\$ 617,785 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 13,350 milhões; Imóveis: R\$ 62,060 milhões e Disponibilidade Financeira: R\$ 702.422,12. **FPREV ALE:** Fundos de Investimento: R\$ 8,501 milhões; TPF: R\$ 2,085 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada. **FPREV MPE/AM:** FI: R\$ 101,445 milhões. **Total de Recursos da Amazonprev:** R\$ 5,090 bilhões **5. NOVOS PRODUTOS.** O COMIV recebeu a instituição financeira Banco J. SAFRA S.A em 08/05/2019. A apresentação focou a análise do Cenário Econômico com ênfase ao estabelecimento de Estratégia de investimentos, de acordo com a Política de Investimentos e, sobretudo, ajustar a Carteira de Investimentos do RPPS ao Cenário esperado, com intuito de obter ganhos que superem a meta atuarial ainda em 2019. Nesse sentido, foi apresentado dois Fundos: Fundo SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA (CNPJ: 30.659.168/0001-74) e SAFRA CONSUMO AMERICANO PB (CNPJ: 19.436.818/0001-80). O Fundo IMA B - Gestão Ativa do Banco Safra possui uma estratégia de alocação dinâmica dentro do vértice do IMA B, alternando entre os vértices IMA B5 e IMA B5+ conforme cenário econômico do país. O Fundo apresenta uma performance acima do seu *Benchmark* (IMA B) em todas as janelas (2019, 12, 24 e 36 meses).

apresentando melhor retorno dentre os fundos IMA-B de instituições credenciadas na AMAZONPREV, conforme gráfico anexo. Diante do exposto, o COMIV **sugere migrar** 20% do total de recursos aplicados no Fundo BB Previdenciário IRF M1 para Fundo SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA (CNPJ: 30.659.168/0001-74), essa operação se justifica pelo fraco desempenho do fundo do Banco do Brasil quando comparado às demais aplicações de mesmo índice, mantém a estratégia alinhada ao cenário base, e cumpre os termos da Política de Investimentos. O outro Fundo SAFRA CONSUMO AMERICANO PB é um fundo de BDR, com estratégia de compra de ações ligadas ao consumo americano. O segmento de consumo na bolsa americana tem um potencial de valorização maior que as demais ações na bolsa americana, vez que quando é observado o comportamento do consumidor americano, ele está aquém dos patamares de consumo vistos antes da crise de 2008, o que leva um potencial de crescimento nesse setor, aliado com a continuidade do bom momento da economia americana 2019. Assim como todos fundos BDRs de mercado, ele possui exposição cambial. Entretanto, os gestores atuam com uma gestão ativa no componente dólar ficando mais ou menos exposto ao câmbio, conforme cenário, ou seja, o câmbio pode ajudar na performance, o gestor avança na exposição cambial; por outro lado, caso o câmbio vislumbre uma possibilidade de prejudicar a performance do fundo, o gestor reduz a exposição cambial, ficando menos exposto em dólar. Assim como o S&P Reais, esta é uma estratégia no momento de volatilidade na bolsa brasileira, vez que possui baixíssima correlação com o mercado local brasileiro, o que propicia uma proteção natural na carteira de investimentos, dado ao momento volátil até a aprovação das reformas necessárias ao país. Após relato do fundo, o COMIV **recomenda** resgatar os recursos aplicados no Fundo Safra Premium Multimercado e aplicá-los no Fundo SAFRA CONSUMO AMERICANO PB. De acordo com a estratégia atual de alongar a *duration* da carteira de Fundos da AMAZONPREV e, ainda, inserir fundos de investimentos que possibilitem retornos próximos ou superiores a Meta Atuarial, o Banco Santander sugeriu 02 fundos: Fundo Santander FIC IMA-B (CNPJ: 14.504.578/0001-90) e Fundo Santander FI Ibovespa Ativo Institucional Ações (CNPJ: 01.699.688/0001-02). O Fundo Santander FIC IMA-B em comparação com fundos IMA-B de outros bancos apresenta retornos praticamente idênticos, conforme gráfico anexo. Observa-se que o Fundo até 16/05/2019 apresenta uma rentabilidade de 8,07%, contra uma Meta Atuarial de 4,48%. O **Fundo Santander FI Ibovespa Ativo Institucional Ações** até maio 15/05/2019 apresenta retorno de 4,29%, contra uma Meta Atuarial de 4,48%. O **Fundo Santander FI Ibovespa Ativo Institucional** está enquadrado no artigo 8º, I, sendo que atualmente na carteira de Fundos da Amazonprev não existe ainda fundos com esse enquadramento. Para

comparar a rentabilidade, foi feito um gráfico com fundos que já constam na carteira da AMAZONPREV, mas enquadrados no artigo 8º, II, “a”. O Fundo Santander FI Ibovespa Ativo Institucional apresentou retorno superior, conforme registrado no gráfico. **b3) Portanto, o COMIV recomenda resgatar** os recursos aplicados no Fundo Santander FIC FI Institucional RF TP REF DI e aplicá-los, de forma igualitária, nos Fundo Santander FIC IMA-B Institucional RF LP (CNPJ: 14.504.578/0001-90) e Fundo Santander FI Ibovespa Ativo Institucional Ações (CNPJ: 01.699.688/0001-02) de forma a obter superiores ao Fundos atrelados ao CDI. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando programada para o dia 13/05/2019, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.



Alan Nascimento
Coordenador



Bruno Costa Novo
Secretário



Leonardo Cavalcanti
Membro



Marco de Souza
Membro